

TRABALHO DE CONCLUSÃO

Análise das Demonstrações Contábeis da Dupla GRE-NAL

RESUMO

Buscou se mostrar a situação econômico-financeira dos dois clubes o Sport Club Internacional e seu rival Grêmio Foot-ball Porto Alegrense, através da análise das demonstrações financeiras publicadas. Utilizando a análise vertical e horizontal das rubricas (contas contábeis), verificando os índices de insolvência Elizabetsky e Kanitz. De forma qualitativa e exploratória, foram utilizadas as demonstrações financeiras nos exercícios de 2010, 2011 e 2012. Como resultados, o que produz um sinal de alerta são os índices de insolvência calculados pelos métodos de Elizabetsky e Kanitz, destacando respectivamente: o Internacional se manteve insolvente, porém muito próximo ao ponto de transição para a solvência, próximo ao 0,5, -0,09 em 2012, -0,47 em 2011 e -0,21 em 2010, o Grêmio se manteve próximo ao ponto de transição, porém um pouco abaixo do Internacional, -0,89 em 2011 e -0,95 em 2010, apresentando uma pequena melhora no decorrer dos três exercícios; o Internacional está solvente dentro dos padrões de Kanitz, 0,54 em 2012 contra -0,66 do Grêmio, que permaneceu na penumbra, em 2011 foram 0,76 contra -79,25 do Grêmio, demonstrando estar insolvente, em 2010 foram 0,81 contra -0,91, o Internacional continuou solvente e estável, e o Grêmio oscilou entre a penumbra e a insolvência.

Palavras-Chave: Dupla Gre-nal; Grêmio; Internacional; Análise das Demonstrações Financeiras; Índices; Insolvência; Entidades Desportivas;

1 INTRODUÇÃO

“A análise de balanços visa relatar, com base nas informações contábeis fornecidas pelas empresas, a posição econômico-financeira atual, as causas que determinaram a evolução apresentada e as tendências futuras” (ASSAF NETO, 2007, p. 55).

Para Assaf Neto (2007),

Os atuais e potenciais acionistas procuram prioritariamente identificar o retorno de seus investimentos, ou seja, a capacidade que a empresa apresenta em gerar lucros e remunerar os recursos próprios aportados. O interesse pela liquidez financeira este mais restrito a identificar a capacidade da empresa em manter suas operações e, muitas vezes, em avaliar as condições atuais futuras de distribuição de dividendos (ASSAF NETO, 2007, p. 61)

A análise de balanços da dupla Gre-nal busca demonstrar a situação econômico-financeira, destes que são os dois maiores clubes do Estado do Rio Grande do Sul. E por isto sem deixar de auferir ganhos para a manutenção de suas atividades, estando classificado no chamado terceiro setor.

Nestas entidades a administração não tem responsabilidade de gerar retorno financeiro sobre os investimentos, mas sim cumprir o que foi proposto pela entidade sem exceder seu orçamento. O patrimônio pertence à seus associados, e suas principais fontes de recursos são contribuições, doações, subvenções, cobrança de taxas por serviços e também da comercialização de produtos esportivos. O que os caracteriza como entidades sem fins lucrativos e o fato de não remunerarem seus proprietários (acionistas, sócios e associados) pelo capital investido.

A dupla Gre-nal comercializa licenças de suas marcas, compra e vende jogadores, forma novos atletas, e disponibiliza infraestrutura para seus sócios mediante o pagamento de contribuições.

O Grêmio Foot-Ball Porto Alegre construiu um novo estádio, a “Arena”, um estádio dentro dos padrões da FIFA, e de uma copa verde. A construção teve início em setembro de 2010 e de acordo com o cronograma foi finalizada no primeiro semestre de 2013, além disso, ainda auferiu resultados com o licenciamento da marca Grêmio Foot-Ball Porto Alegre. Outro fato que eleva a receita do Grêmio é a grande torcida do clube com a venda de produtos licenciados, ações de marketing e outras promoções.

O Sport Club Internacional realizou grandes alterações na infraestrutura do seu estádio, para ficar em conformidade com os padrões da FIFA e assim sediar jogos da copa do mundo de 2014; auferiu receitas com o licenciamento de sua marca Sport Club Internacional, muito popular em todo o país.

Essa análise se torna muito importante, pois com base nela o dirigente sabe quanto poderá investir na formação do plantel para a próxima temporada, a disponibilidade de recursos para propagandas e promoções, recursos para treinamentos de categorias de base, contratação de profissionais para as áreas técnicas e outras de vital importância para o funcionamento do clube.

Em um contexto geral cabe o seguinte questionamento: Qual a evolução da situação econômico-financeira da dupla Gre-nal, nos últimos três exercícios econômicos e financeiros? Em consequência disso, os objetivos específicos são: analisar as demonstrações financeiras da dupla Gre-nal; realizar uma pesquisa bibliográfica sobre entidades do terceiro setor (organização, legislação e aspectos contábeis) e análise os fundamentos de análise das demonstrações financeiras; realizar análise dos índices de liquidez, rentabilidade e endividamento; realizar análise horizontal e vertical; avaliar e comparar os índices; emitir o relatório da análise financeira.

O trabalho está composto por introdução, referencial bibliográfico, metodologia, análises dos índices e por fim será registrada a opinião dos autores deste trabalho nas considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

As organizações do terceiro setor são entidades que não visam lucro, elas são voltadas para um objetivo específico, por exemplo, como manter uma atividade desportiva. Os recursos utilizados por ela podem ser gerados pela própria atividade desenvolvida, pela venda de produtos relacionada a essa atividade, por doações e financiamentos. Não geram retorno financeiro aos seus associados e colaboradores, o lucro que no caso delas e denominado superávit deve ser reinvestido na própria entidade.

Infelizmente, muitas entidades sem fins lucrativos são, na realidade, lucrativas ou atendem os interesses dos próprios usuários. Um clube esportivo, por exemplo, é sem fins lucrativos, mas beneficia somente os seus respectivos sócios. Muitas escolas, universidades e hospitais eram no passado, sem fins lucrativos, somente no nome. Por isto, estes números chegam a 220.000. O importante é diferenciar uma associação de bairro ou um clube que ajuda os próprios associados de uma entidade beneficente, que ajuda os carentes do bairro (KANITZ, STEPHEN, 2013).

2.1.1 Quanto ao papel que desempenha

O papel das entidades sem fins lucrativos é o de promover mudanças nos indivíduos e no ambiente que os cerca. Através de cursos, atividades esportivas e culturais, tecnologias, e etc.

As entidades sem fins lucrativos têm um papel claro a desempenhar na comunidade a que servem: provocar mudanças sociais. Para que isto ocorra, desenvolvem uma série de atividades, valendo-se de recursos obtidos do sistema econômico e social, que, por sua vez, acolherá a *posteriori* o “produto” final deste Processo: pessoas transformadas (OLAK e NASCIMENTO, 2010, p.17).

2.1.2 Quanto ao âmbito e forma de atuação

Desempenham ações de caráter beneficente, filantrópico, caritativo, assistencial, religioso, educacional, cultural, recreativo, desportivo e etc. Através de atividades que visam beneficiar a sociedade, transformando indivíduos e atuando no sistema econômico e social, ou seja, no mercado, governo, leis, e na sociedade em larga escala.

Para Olak e Nascimento (2010, p.9):

Sob esta ótica, foram analisados aspectos comuns relacionados às múltiplas atividades que desempenham, registrando:

- entidades de caráter beneficente, filantrópico e caritativo;
- entidades de assistência à saúde;
- entidades religiosas;
- entidade de caráter educacional, cultural, instrutivo, científico, artístico e literário;
- entidades de caráter recreativo e esportivo;
- associações de classe;
- entidades sindicais;
- sociedades cooperativas.

2.1.3 Quanto a forma de gestão

A gestão não é voltada para o provimento de lucros, e sim para que se alcancem os objetivos propostos pela missão, ou diretrizes da entidade. As decisões normalmente são tomadas por um conselho deliberativo, visando atingir o objetivo com a maior eficiência possível.

Quanto às principais decisões políticas e operacionais (policy & operating decisions): as maiores decisões políticas e algumas decisões operacionais são tomadas por consenso de voto, via assembléia geral, por membros de diversos segmentos da sociedade direta ou indiretamente eleitos (OLAK e NASCIMENTO, 2010, p.4).

2.1.4 Quanto a mensuração

O Balanço Patrimonial é uma representação contábil da entidade em determinado momento, pois representa todos os seus bens e direitos, e em contrapartida suas obrigações.

O Balanço Patrimonial é uma demonstração contábil indispensável a qualquer tipo de organização, quer explore ou não atividade lucrativa. É uma fotografia (por isso demonstrativo estático) da entidade em dado momento, evidenciando de forma

sucinta, a situação econômica, financeira e patrimonial da mesma (OLAK e NASCIMENTO, 2010, p.68).

As entidades sem fins lucrativos utilizam a mesma estrutura patrimonial das Sociedades por Ações, porém fazem algumas alterações na nomenclatura de suas rubricas, acrescentando o termo social, às contas do patrimônio líquido.

De acordo com Olak e Nascimento (2010) o conceito básico de:

[...] patrimônio líquido é o mesmo tanto nas empresas quanto nas ESFL. A equação patrimonial tão conhecida não se altera, ou seja, Patrimônio Líquido Social (PLS) = ATIVO – PASSIVO (exigibilidades). O acréscimo do termo SOCIAL é recomendado por expressar mais adequadamente a quem, efetivamente, “pertence” o Patrimônio Líquido, ou seja, a própria sociedade em sentido lato (OLAK e NASCIMENTO, 2010, p. 69).

A Demonstração do Superávit ou Déficit do exercício mostra o que os gestores desenvolveram em termos de recursos, e como gastaram estes recursos durante as atividades da entidade, dentro de um determinado período de tempo. A ênfase dada aqui também não é sobre o resultado financeiro, mas sim em relação ao projeto desenvolvido.

Essa demonstração, independentemente da terminologia adotada, é de fundamental importância para essas entidades por evidenciar, efetivamente, as ações dos gestores em termos de volume de recursos obtidos e custos e despesas empregadas nas atividades dessas entidades (OLAK e NASCIMENTO, 2010, p.71).

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Social, mostra as variações das contas de patrimônio durante o exercício, tais como as doações e subvenções, superávits e déficits e possíveis ajustes.

[...] trata-se de uma demonstração de grande utilidade, por fornecer a movimentação ocorrida durante determinado período nas diversas contas que integram o patrimônio líquido. Em linhas gerais, essa demonstração explicara como e por que as diversas contas do patrimônio líquido modificaram-se durante o período (OLAK e NASCIMENTO, 2010, p.73).

A Demonstração do Fluxo de Caixa, atualmente é exigida para todas os tipos de sociedades, pois relata todos os recebimentos e pagamentos do período.

Essa demonstração é muito bem aceita por evidenciar recebimentos e pagamentos do período e o respectivo saldo para fazer face a outros compromissos vincendos (OLAK e NASCIMENTO, 2010, p.74).

2.2 VALOR SOCIAL DAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

As organizações do terceiro setor tem um amplo valor para a sociedade que a cerca, pois é um agente de transformação, desde uma entidade que incentive a leitura até uma que desenvolva atividades esportivas com seus sócios. Elas trabalham o lado social dos indivíduos que as cercam, tanto os que recebem os benefícios do trabalho como os que prestam este trabalho.

Segundo Olak e Nascimento (2010, p. 25) “O contribuinte não tem por objetivo auferir lucros econômicos, mas sim lucro social, normalmente para os outros e não para si”.

Para cumprir seus objetivos e missão social, estas entidades realizam receitas com a produção e a venda de produtos, com a prestação de serviços, recebem doações e também fazem promoções para arrecadar fundos.

De acordo com Olak e Nascimento (2010), esses recursos podem:

[...] ser acrescidos por receitas financeiras, receitas de capital e, em casos especiais, até mesmo por lucros obtidos na venda de produtos, mercadorias e serviços prestados, os quais serão, sempre, utilizados na própria manutenção das atividades e nunca para serem distribuídos, como ocorre nas empresas (OLAK e NASCIMENTO, 2010, p.26).

Assim, o conjunto dos ingressos/receitas deduzidas dos dispêndios/despesas formam o superávit/lucro ou déficit/prejuízo da entidade.

2.3 ASPECTOS OPERACIONAIS E CONTÁBEIS

2.3.1 Entidade Desportiva - Lei 9.615/1998

As organizações desportivas fazem parte do terceiro setor, e tem uma legislação própria. A Lei 9.615 de 24 de março de 1998 – Entidades Desportivas, conhecida, como a “Lei Pelé” a qual institui as normas gerais referente ao desporto. Nessa legislação são oferecidas garantias profissionais aos atletas quanto ao não cumprimento das obrigações trabalhistas, trata também da liberdade do atleta profissional ao terminar o contrato, de ele assumir qualquer outra entidade esportiva, acabando assim o passe .

O artigo 1º da Lei 9.615/1998 enfatiza que “o desporto brasileiro abrange práticas formais e não formais e obedece às normas gerais desta Lei”. De acordo com o parágrafo primeiro da Lei “a prática desportiva formal é regulada por normas nacionais e internacionais e pelas regras de prática desportiva de cada modalidade, aceitas pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto”.

Ainda, no segundo parágrafo, “a prática desportiva não formal é caracterizada pela liberdade lúdica de seus praticantes. A prática não formal segue o livre arbítrio de seus participantes e o comum acordo das regras pré-estabelecidas entre eles”.

Conforme parágrafo único do artigo 2º da Lei, a exploração e a gestão do desporto profissional constituem exercício de atividade econômica sujeitando-se, especificamente, à observância dos princípios a seguir, incluídos pela Lei nº 10.672, de 2003:

- I - da transparência financeira e administrativa;
- II - da moralidade na gestão desportiva;
- III - da responsabilidade social de seus dirigentes;
- IV - do tratamento diferenciado em relação ao desporto não profissional;
- V - da participação na organização desportiva do País.

O desporto pode ser praticado de forma educacional, ajudando a formar cidadãos. De forma voluntária, por diversão ou para a integração dos participantes. De forma a buscar o rendimento, acatando os princípios desta lei e as regras nacionais e internacionais do desporto. E de forma profissional, caracterizado por contrato entre o atleta e a entidade. E de forma não profissional, caracterizado pela livre pratica desportiva, mas podendo receber apoio da entidade e patrocínio.

2.3.2 NBC ITG 2003 – Entidades Desportivas

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através da Resolução CFC nº 1.429/2013 – Entidades Desportivas - aprova a NBC ITG 2003. A Norma passara a ser exigida a partir de 01 de janeiro de 2013 e a mesma aplica-se à entidade desportiva profissional e não profissional.

A Norma estabelece os critérios relativos à avaliação, registro e estruturação das demonstrações contábeis das entidades de futebol profissional e demais entidades de práticas desportivas profissionais, e também se aplica a outras que estejam ligadas direta ou indiretamente, a prática de atividade desportiva profissional ou amadora.

Registros Contábeis, de acordo com a NBC ITG 2003:

3- Os registros contábeis da atividade desportiva profissional devem ser segregados das demais atividades, em contas patrimoniais e de resultado (receitas, custos e despesas).

4- Compõe o ativo intangível da entidade desportiva entre outros:

(a) os valores gastos diretamente relacionados com a formação, aquisição e renovação de contratos com atletas, inclusive luvas, valor da cláusula compensatória e comissões, desde que sejam esperados benefícios econômicos atribuíveis a este ativo e os custos correspondentes possam ser mensurados com confiabilidade;

(b) os valores relativos aos direitos de imagem.

5- Os valores gastos com a formação de atletas que não estejam diretamente relacionados à sua formação devem ser registrados como despesa.

6- Os registros contábeis classificados no ativo intangível relativos aos custos com atletas em formação devem ser reclassificados para atletas formados por ocasião da assinatura do contrato profissional.

7- Os direitos contratuais sobre atletas registrados no ativo intangível devem ser amortizados de acordo com o prazo do contrato.

8- No mínimo uma vez por ano, preferencialmente por ocasião do encerramento do exercício social, deve ser avaliada a possibilidade de recuperação econômico-financeira do valor líquido contábil dos direitos contratuais de cada atleta. Constatada que tal recuperação, total ou parcial, não se realizará, deve ser reconhecida a perda no resultado pelo valor não recuperável, suportada por documentação própria.

9- Os valores referentes à cláusula indenizatória e/ou compensatória recebida ou a receber pela liberação do atleta deve ser registrada em conta específica de receita do período.

10- As receitas de bilheteria (parte destinada a entidade), direito de transmissão e de imagem, patrocínio, publicidade, luva e outras assemelhadas devem ser registradas em contas específicas de acordo com o princípio da competência.

11- A arrecadação de bilheteria (parte destinada à entidade), direitos de transmissão e de imagem, patrocínio, publicidade, luvas e outras assemelhadas, quando recebidas antecipadamente, devem ser registradas no passivo circulante, ou no passivo não circulante, dependendo do prazo de realização da receita.

12- Os valores pagos ao atleta a título de antecipação, contratual ou não, devem ser registrados no ativo, em contas específicas, e apropriados ao resultado pelo regime de competência.

13- A utilização de atleta mediante cessão temporária de direitos profissionais deve ter os seus gastos registrados no resultado pela entidade responsável pelo desembolso e em receita pela entidade cedente quando aplicável, em função da fluência do prazo do contrato de cessão temporária, aplicando-se o regime de competência.

14- As receitas obtidas pela entidade, pela cessão definitiva de direitos profissionais sobre atletas, devem ser registradas em conta específica, como receita do período. Os custos ainda não amortizados, quando da cessão definitiva, devem ser registrados, em conta específica, no resultado do período.

As demonstrações financeiras que devem ser elaboradas pela entidade desportiva profissional, são o Balanço Patrimonial, que deve conter contas que segreguem a atividade desportiva profissional das demais. A Demonstração do Resultado, que deve apresentar, de forma segregada, as receitas, os custos e as despesas diretamente vinculadas com a atividade desportiva profissional das demais.

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas, devem conter segundo a ITG, 2003 os seguintes itens:

- (a) gastos com a formação de atletas, registrados no ativo intangível e montante amortizado constante do resultado no exercício;
- (b) composição dos direitos sobre os atletas, registrados no ativo intangível com a segregação do valor correspondente a gasto e amortização;
- (c) receitas obtidas por atleta e os seus correspondentes gastos com a negociação e a liberação, devendo ser divulgados os percentuais de participação da entidade na negociação;
- (d) devem ser divulgados o total de atletas vinculados à entidade na data base das demonstrações contábeis, contemplando o percentual de direito econômico individual de cada atleta ou a inexistência de direito econômico;
- (e) valores de direitos e obrigações com entidades estrangeiras;
- (f) direitos e obrigações contratuais não-passíveis de registro contábil em relação à atividade desportiva profissional;
- (g) contingências ativas e passivas de natureza tributária, previdenciária, trabalhista, cível e assemelhadas; e
- (h) seguros contratados para os atletas profissionais e demais ativos da entidade. (NBC ITG 2002, item 27).

2.3.3 NBC ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através da Resolução CFC nº 1.409/2012 – Entidade sem Finalidade de Lucros - aprova a NBC ITG 2002. A Norma passara a ser exigida a partir de 01 de janeiro de 2012. Aplica-se a Norma entidade sem finalidade de lucros pode exercer atividades, tais como as de assistência social, saúde, educação, técnico-científica, esportiva, religiosa, política, cultural, beneficente, social e outras, administrando pessoas, coisas, fatos e interesses coexistentes, e coordenados em torno de um patrimônio com finalidade comum ou comunitária. Portanto, essa norma também faz parte deste estudo.

Reconhecimento

- 8. As receitas e as despesas devem ser reconhecidas, respeitando-se o regime contábil de competência.
- 9. As doações e subvenções recebidas para custeio e investimento devem ser reconhecidas no resultado, observado o disposto na NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais.
- 10. Os registros contábeis devem evidenciar as contas de receitas e despesas, com e sem gratuidade, superávit ou déficit, de forma segregada, identificáveis por tipo de atividade, tais como educação, saúde, assistência social e demais atividades.
- 11. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção, de contribuição para custeio e investimento, bem como de isenção e incentivo fiscal registrados no ativo, deve ser em conta específica do passivo.
- 12. As receitas decorrentes de doação, contribuição, convênio, parceria, auxílio e subvenção por meio de convênio, editais, contratos, termos de parceria e outros instrumentos, para aplicação específica, mediante constituição, ou não, de fundos, e

as respectivas despesas devem ser registradas em contas próprias, inclusive as patrimoniais, segregadas das demais contas da entidade.

13. Os benefícios concedidos pela entidade sem finalidade de lucros a título de gratuidade devem ser reconhecidos de forma segregada, destacando-se aqueles que devem ser utilizados em prestações de contas nos órgãos governamentais.

14. A entidade sem finalidade de lucros deve constituir provisão em montante suficiente para cobrir as perdas esperadas sobre créditos a receber, com base em estimativa de seus prováveis valores de realização e baixar os valores prescritos, incobráveis e anistiados.

15. O valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social. O superávit, ou parte de que tenha restrição para aplicação, deve ser reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido.

16. O benefício concedido como gratuidade por meio da prestação de serviços deve ser reconhecido pelo valor efetivamente praticado.

17. Os registros contábeis devem ser segregados de forma que permitam a apuração das informações para prestação de contas exigidas por entidades governamentais, aportadores, reguladores e usuários em geral.

18. A dotação inicial disponibilizada pelo instituidor/fundador em ativo monetário ou não monetário, no caso das fundações, é considerada doação patrimonial e reconhecida em conta do patrimônio social.

19. O trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

20. Aplica-se aos ativos não monetários a Seção 27 da NBC TG 1000, que trata da redução ao valor recuperável de ativos e a NBC TG 01, quando aplicável.

21. Na adoção inicial desta Interpretação e da NBC TG 1000 ou das normas completas (IFRS completas), a entidade pode adotar os procedimentos do custo atribuído (*deemed cost*) de que trata a ITG 10 (NBC ITG 2002, itens 8 a 21).

Também, aplicam-se à entidade sem finalidade de lucros os Princípios de Contabilidade; a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas ou as normas completas (IFRS completas) naqueles aspectos não abordados pela Interpretação Técnica Geral 2002. A interpretação estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros.

2.3.4 Balanço Patrimonial

O balanço patrimonial é uma demonstração que visa evidenciar qualitativa e quantitativamente as contas patrimoniais e financeiras de uma entidade, em determinado momento. As contas são registradas de acordo com os elementos que registram, a sua liquidez e agrupadas de modo que facilitem o entendimento.

O Balanço Patrimonial é uma demonstração contábil indispensável a qualquer tipo de organização, quer explore ou não atividade lucrativa. É uma “fotografia” (por isso demonstrativo estático) da entidade em dado momento, evidenciando, de forma sucinta, a situação econômica, financeira e patrimonial da mesma. Assim como nas empresas, o Balanço Patrimonial, para ser útil aos seus usuários, deve refletir, tempestiva e qualitativamente, a situação patrimonial das ESFL, caso contrário perde totalmente o seu valor (OLAK e NASCIMENTO, 2010, p. 68).

As entidades sem finalidade lucrativa utilizam-se da estrutura patrimonial definida pela Lei das Sociedades por Ações, adaptando a nomenclatura de algumas contas.

A estrutura patrimonial definida pela Lei das Sociedades por Ações (Lei 6404/1976) é a base da contabilidade para as entidades do terceiro setor, com algumas modificações na nomenclatura de certas rubricas.

Segundo Olak e Nascimento (2010) a composição do patrimônio líquido social, está representada no Quadro 1:

Quadro 1 - Patrimônio Líquido Social

<p>PATRIMÔNIO LÍQUIDO SOCIAL</p> <p>Patrimônio Social</p> <p>Fundo Patrimonial Social</p> <p>Fundos Especiais</p> <p>Reservas, Doações e Subvenções Patrimoniais</p> <p>Reservas de Reavaliação</p> <p>Doações Patrimoniais</p> <p>Subvenções Patrimoniais</p> <p>Superávit ou Déficit Acumulado</p> <p>Superávits (Déficits) Acumulados</p> <p>Superávits (Déficits) do Exercício</p>

Fonte: Olak e Nascimento (2010, p.70)

A estrutura do patrimônio líquido é a mesma de qualquer empresa, porém a nomenclatura das rubricas é outra, devido a natureza dos recursos. Como os recursos são da entidade e não dos sócios, substitui-se a conta patrimônio líquido por patrimônio social.

Zanluca (2013) diz que a contabilidade evidencia os fatos:

A contabilidade registra os recursos recebidos para atender atividades ou projetos específicos de forma separada (em fundos), valendo-se das restrições impostas pelos doadores externos à entidade ou mesmo observando restrições impostas pelos órgãos diretivos da entidade. Na prática existirão, em uma entidade, vários tipos de "fundos" como, por exemplo, "Fundo para Construção de Sede Social", "Fundo para Bolsas de Estudos", "Fundo de Pesquisas", etc (ZANLUCA, 2013).

Como o lucro ou prejuízo obtido não são destinados aos sócios, eles são denominados superávit ou déficit do exercício. E após a aprovação pela assembleia dos associados, esse resultado é transferido da conta superávit ou déficit do exercício para a conta patrimônio social.

O Patrimônio Líquido tem acrescido o termo Social, indicando a quem pertence o patrimônio, a própria sociedade. A conta Capital Social deixa de existir e dá lugar a conta Patrimônio Social ou somente Patrimônio. As obrigações de curto e longo prazo são praticamente as mesmas de qualquer entidade.

O Balanço é composto por três partes, a Ativo que é o grupo de contas onde são registrados os bens e os direitos. E disposto em ordem de decrescente de liquidez, ou seja,

quanto mais rápido o recurso possa ser utilizado ou transformado em dinheiro, mais acima ele estará na estruturação do ativo.

No **ativo** relacionam-se todas as aplicações de recursos efetuadas pela empresa. Esses recursos poderão estar distribuídos em ativos circulantes, assim denominados por apresentarem alta rotação, como: valores em caixa, valores a receber a curto prazo etc.; em ativos realizáveis a longo prazo, e em ativos classificados como permanentes, como: prédios, terrenos, máquinas, equipamentos etc., os quais irão servir a vários ciclos operacionais. O ativo permanente ainda, e subdivido em investimentos, imobilizado e diferido (ASSAF NETO, 2007, p. 67).

No passivo estão registrados todas as obrigações da entidade, ou seja suas exigibilidades, em ordem decrescente de exigibilidade, essas obrigações são as contrapartidas aos ativos, são obrigações com fornecedores, impostos a pagar, empréstimos e etc.

O **passivo** identifica as exigibilidades e obrigações da empresa, cujos valores encontram-se investidos nos ativos. Os recursos dos passivos são classificados como curto prazo e longo prazo, sendo definidos, respectivamente, por passivo circulante e exigível a longo prazo (ASSAF NETO, 2007, p. 68).

O patrimônio líquido está alocado no passivo, porém, é um grupo de contas que representa a diferença entre o ativo e o passivo, e o capital próprio da entidade e suas reservas de lucro, seu capital e seus prejuízos acumulados.

O **patrimônio líquido** é representado pela diferença entre o total do Ativo e do Passivo em determinado momento. Identifica os recursos próprios da empresa, sendo composto de capital social, reservas de capital, reservas de reavaliação, reservas de lucros e lucros ou prejuízos acumulados (ASSAF NETO, 2007, p. 68).

2.3.5 Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício

A Entidade sem Finalidade de Lucro (ESFL) as denominações lucro ou prejuízo, são substituídas por superávit ou déficit do exercício, ao invés de Demonstração do lucro ou prejuízo do exercício, pois estas entidades não visam o lucro, e sim realização de um projeto. Esta demonstração manifesta todas as ações dos gestores durante o exercício, todos os custos incorridos para a manutenção da atividade, e as receitas obtidas.

De acordo com Olak e Nascimento (2010, p.73) “Superávit: excesso das receitas sobre as despesas. E Déficit: o que falta nas receitas para igualá-las às despesas”.

Em linhas gerais, são utilizadas as expressões superávit e déficit para evidenciar o resultado positivo ou negativo, respectivamente, obtido em atividades sem fins lucrativos e lucro ou prejuízo nas atividades com finalidades lucrativas (OLAK e NASCIMENTO, 2010, p. 72).

2.3.6 Demonstração do Fluxo de Caixa

Esta demonstração é dinâmica, pois evidencia todas as movimentações ocorridas no período, ou seja, todos os pagamentos e recebimentos e o saldo restante. É obrigatória para empresas de capital de aberto, de capital fechado com patrimônio líquido igual ou superior a dois milhões de reais na data do balanço, e sociedades de grande porte. Indica a origem de

todos os recursos que entraram no caixa, e o resultado deste fluxo. Serve também como instrumento de apoio para a tomada de decisões da administração.

Segundo Marion (2006, p.64) “A Demonstração dos Fluxos de Caixa indica, no mínimo, as alterações ocorridas no exercício no saldo de caixa e equivalentes de caixa, divididos em fluxo das operações, dos financiamentos e investimentos”.

2.4 ANÁLISE FINANCEIRA E PATRIMONIAL

2.4.1 Análise Vertical *Versus* Análise Horizontal

A análise horizontal tem por finalidade comparar o andamento de uma mesma conta através dos exercícios sociais. É um processo de análise através do tempo, demonstrando o desenvolvimento de determinada conta ou grupo de contas.

Segundo Iudicibus (1998, p. 90) “a finalidade principal da análise horizontal é apontar o crescimento de itens dos Balanços e das Demonstrações de Resultados (bem como de outros demonstrativos) através de períodos, a fim de caracterizar tendências”.

A análise vertical compara uma conta ou um grupo de contas com o total de um grupo, ou com outro valor comparável dentro do mesmo exercício social, demonstrando a representatividade dessa conta ou grupo dentro do total ao qual foi comparado (ASSAF NETO, 2007).

2.4.2 Índice de estrutura patrimonial

Estes índices demonstram a participação do capital próprio e de terceiros dentro da entidade.

Imobilização do patrimônio líquido (IPL):

Fórmula:

$$\text{IPL} = \frac{\text{Imobilizado}}{\text{PL}} \quad \text{ou} \quad \frac{\text{Permanente}}{\text{PL}}$$

Legenda da Fórmula:

IPL: Imobilização do Patrimônio Líquido

PL: Patrimônio Líquido

Marion (2006, p. 190), “Indica quantos reais a empresa imobilizou para cada \$1 de Patrimônio Líquido”.

Imobilização dos recursos a longo prazo e do patrimônio líquido:

Fórmula:

$$\text{IPL} + \text{ELP} = \frac{\text{Permanente}}{\text{ELP} + \text{PL}} \quad \frac{\text{Imobilizado}}{\text{ELP} + \text{PL}}$$

Legenda da Fórmula:

IPL: Imobilização do Patrimônio Líquido

ELP: Exigível a Longo Prazo

PL: Patrimônio Líquido

Ainda conforme Marion (2006, p. 190), “Indica quantos reais a empresa aplicou no permanente (ou imobilizado) para cada \$1,00 de ELP e de PL”.

Participação de capitais de terceiros sobre recursos próprios:

Fórmula:

$$\text{PCT} = \frac{\text{Capitais de Terceiros}}{\text{Capitais Próprios}}$$

Legenda da Fórmula:

PCT: Participação de Capitais de Terceiros

“Indica quantos reais (R\$) a empresa possui de capital de terceiros para cada \$1,00 de capital próprio” (MARION, 2006, p.191).

2.4.3 Índice de Liquidez

Esses índices demonstram a capacidade de pagamento que uma entidade tem frente as suas obrigações, pois tendem a balizar as ações da administração.

“Os indicadores de liquidez evidenciam a situação financeira de uma empresa frente a seus diversos compromissos financeiros”. (ASSAF NETO, 2007, p.191)

Liquidez Imediata:

Representa o valor de que a empresa dispõe no momento para saldar as dívidas de curto prazo, esse quociente normalmente é mantido baixo, pois a rentabilidade de manter recursos financeiros em caixa ou em contas correntes é muito baixo.

Fórmula:

$$\text{LI} = \frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Legenda da Fórmula:

LI: Liquidez Imediata

“Este quociente representa o valor de quanto dispomos imediatamente para saldar nossas dívidas de curto prazo” (IUDICIBUS, 1998, p. 90).

Liquidez Seca:

Demonstra a capacidade de pagamento das dívidas de curto prazo mediante a utilização dos itens de maior liquidez do ativo circulante, exceto os estoques.

Fórmula:

$$LS = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Legenda da Fórmula:

LS: Liquidez Seca

O quociente demonstra a porcentagem das dívidas a curto prazo em condições de serem saldadas mediante a utilização de itens monetários de maior liquidez do ativo circulante. Essencialmente, a liquidez seca determina a capacidade de curto prazo de pagamento da empresa mediante a utilização das contas do disponível e valores a receber (ASSAF NETO, 2007, p.190).

Liquidez Corrente:

Este índice demonstra o quanto temos no ativo circulante em relação às dívidas que temos no passivo circulante, no numerador estão incluídos disponibilidades, valores a receber a curto prazo, estoques e despesas pagas antecipadamente. No denominador estão incluídas as dívidas e obrigações vencíveis em curto prazo.

Fórmula:

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Legenda da Fórmula:

LC: Liquidez Corrente

“Este quociente relaciona quantos reais dispomos, imediatamente disponíveis e conversíveis em curto prazo em dinheiro, com relação às dívidas de curto prazo”. (IUDICIBUS, 1998, p.100).

Liquidez Geral:

O índice de liquidez geral demonstra a capacidade da empresa em saldar todas as suas dívidas, tanto a curto como a longo prazo.

Fórmula:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

Legenda da Fórmula:

LG: Liquidez Geral

Segundo Assaf Neto (2007, p.191) “Esse indicador revela a liquidez, tanto a curto como a longo prazo. De cada \$ 1 que a empresa tem de dívida, o quanto existe de direitos e haveres no ativo circulante e no realizável a longo prazo”.

2.4.4 Índice de Cobertura

Estes índices demonstram com que frequência os elementos patrimoniais se renovam, executam um ciclo completo. Apresentam seus resultados em dias, meses ou anos, são relacionados dinamicamente, influenciando na liquidez e na rentabilidade.

Rotatividade do estoque de produtos acabados:

Fórmula:

$$\text{REPA} = \frac{\text{Custo dos produtos vendidos}}{\text{Estoque medio de produtos acabados}}$$

Legenda da Fórmula:

REPA: Rotatividade do Estoque de Produtos Acabados

Segundo Iudicibus (1998, p. 105) “Quando este quociente e mensurado pelo custo das vendas, representa quantas vezes se renovou o estoque por causa das vendas efetuadas”.

Prazo Médio de Recebimento de Contas a Receber:

Fórmula:

$$\text{PMRCR} = \frac{\text{Contas a receber (media)}}{\text{Vendas (media)}}$$

Legenda da Fórmula:

PMRCR: Prazo Médio de Recebimento de Contas a Receber

“Este quociente indica quantos dias, semanas ou meses a empresa deverá esperar, em média, antes de receber suas vendas a prazo” (IUDICIBUS, 1998, p.106).

Prazo Médio de Pagamento de Contas a Pagar:

Segundo Iudicibus (1998, p.108), “este quociente representa à diferença de tempo que uma empresa tem entre pagar suas compras a prazo e receber de seus clientes as vendas a prazo”.

Fórmula:

$$\text{PMPCP} = \frac{\text{Fornecedores}}{\text{Compras medias a prazo}}$$

Legenda da Fórmula:

PMPCP: Prazo Médio de Pagamento de Contas a Pagar

Rotatividade do Ativo (giro do ativo):

Neste quociente quanto maior o giro do ativo sobre o volume de vendas, maior as probabilidades de fazer frente as despesas com a margem de lucro. O denominador é formado pelo Ativo médio operacional, mas de acordo com Iudícibus (1998, p.109) “a parcela do ativo

que ainda estiver fora de operação, ou seja, não gerando receita, deveria ser excluída do denominador”.

Fórmula:

$$RA = \frac{\text{Vendas}}{\text{Ativo Medio}}$$

Legenda da Fórmula:

RA: Rotatividade do Ativo

“Este quociente de atividade expressa quantas vezes o ativo “girou” ou se renovou pelas vendas” (IUDICIBUS, 1998, p.108).

2.4.5 Índices de Prazos Médios

Prazo Médio de Estocagem de Matéria Prima:

Este indicador serve para demonstrar, o tempo que a matéria prima leva desde a sua aquisição até a sua requisição para ser transformada em produto, ou seja, o tempo que fica estocada, parada no estoque.

Fórmula:

$$PME = \frac{\text{Estoque médio de materia prima}}{\text{Consumo anual}} \times 360$$

Legenda da Fórmula:

PME: Prazo Médio de Estocagem de Matéria Prima

Indica o tempo médio verificado desde a aquisição do material até sua requisição na produção, ou seja, o tempo médio (em dias) que a matéria-prima permanece no estoque à espera de ser consumida no processo de produção (ASSAF NETO, 2007, p.198).

Prazo Médio de Fabricação:

Este índice mede o tempo que empresa leva para fabricar o produto, desde a entrada da matéria prima na manufatura, até a saída do produto acabado para o estoque de produtos acabados.

Fórmula:

$$PMF = \frac{\text{Estoque médio de produtos em elaboração}}{\text{Custo de produção}} \times 360$$

Legenda da Fórmula:

PMF: Prazo Médio de Fabricação

Para Assaf Neto (2007, p. 198) a fórmula “revela o tempo médio que a empresa tarda em fabricar o produto”.

Prazo Médio de Venda:

O prazo médio de venda indica quanto tempo o produto acabado permanece no estoque até o momento da venda, ou seja, quanto tempo o capital fica parado sem gerar dividendos para a empresa.

Fórmula:

$$\text{PMV} = \frac{\text{Estoque médio de produtos acabados}}{\text{Custo dos produtos vendidos}} \times 360$$

Legenda da Fórmula:

PMV: Prazo Médio de Venda

Também definido por prazo médio de estocagem dos produtos acabados. Este quociente revela o tempo médio que o produto gasta desde sua elaboração até a venda, ou seja, o prazo que o produto acabado permanece em estoque a espera de ser vendido (ASSAF NETO, 2007, p.199).

Prazo Médio de Cobrança:

Este índice demonstra quanto tempo a empresa leva para receber as vendas efetuadas a prazo.

Fórmula:

$$\text{PMC} = \frac{\text{Duplicatas a receber (média)}}{\text{Vendas a prazo}} \times 360$$

Legenda da Fórmula:

PMC: Prazo Médio de Cobrança

Calcula o tempo médio em receber o produto vendido, ou seja, quanto tempo a empresa espera para receber as vendas realizadas. Parte desse prazo pode ser reduzido mediante operações de desconto de duplicatas, sendo o prazo médio de desconto expresso (ASSAF NETO, 2007, p.199).

Prazo Médio de Desconto:

Este índice calcula a diferença de tempo entre a espera em receber as duplicatas emitidas e seu desconto em instituições financeiras, adiantando o recebimento das duplicatas e assim diminuindo o prazo de recebimento, porém a empresa paga taxas para efetuar esta operação financeira.

Fórmula:

$$\text{PMDD} = \frac{\text{Duplicatas descontadas (média)}}{\text{Vendas a prazo}} \times 360$$

Legenda da Fórmula:

PMDD: Prazo Médio de Desconto de Duplicatas

Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores:

Segundo Assaf Neto (2007, p.199) “Este índice indica o tempo médio que a empresa leva para pagar seus fornecedores”.

Fórmula:

$$\text{PMPF} = \frac{\text{Fornecedores a pagar}}{\text{Compras a prazo}} \times 360$$

Legenda da Fórmula:

PMPF: Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores

2.4.6 Margem de Lucratividade das Vendas

Basicamente esse quociente compara o lucro com as vendas, pois pode ser calculado sobre as vendas brutas ou líquidas. Vendas líquidas, são as vendas brutas menos as deduções sobre elas.

Fórmula:

$$\text{ML} = \frac{\text{Lucro líquido}}{\text{Vendas}}$$

Legenda da Fórmula:

ML: Margem de Lucro

Margem de lucro líquido, significa quantos centavos de cada real de venda restaram após a dedução de todas as despesas (inclusive o imposto de renda). Evidente que, quanto maior a margem, melhor (MARION, 2005, p.167).

2.4.7 Taxas de Retorno

Retorno sobre o patrimônio líquido:

A taxa de retorno sobre o patrimônio líquido evidencia a eficiência operacional da empresa, através da comparação do lucro auferido com o patrimônio pertencente a esta.

Fórmula:

$$\text{RPL} = \frac{\text{Lucro líquido}}{\text{Patrimonio líquido}}$$

Legenda da Fórmula:

RPL: Retorno sobre o patrimônio líquido

O retorno sobre o patrimônio líquido fornece o ganho percentual auferido pelos proprietários como uma consequência das margens de lucro, da eficiência operacional, do leverage e do planejamento eficiente de seus negócios (ASSAF NETO, 2007, p. 320).

Retorno sobre o investimento total:

É fortemente influenciado pela eficiência da empresa, demonstra o resultado das operações realizadas, e cria uma imagem em torno de como está o gerenciamento dos lucros auferidos.

Fórmula:

$$\text{RIT} = \frac{\text{Lucro líquido}}{\text{Ativo total}}$$

Legenda da Fórmula:

RIT: Retorno sobre o investimento total

O retorno sobre o investimento total exprime os resultados das oportunidades de negócios acionadas pelo banco. É uma medida de eficiência influenciada principalmente pela qualidade do gerenciamento da lucratividade dos ativos e juros passivos (ASSAF NETO, 2007, p.320).

2.4.8 Análise de Insolvência

2.4.8.1 Modelo de Elizabetsky

O modelo de análise de insolvência de Elizabetsky é um modelo discriminante, criado para padronizar o processo de avaliação e concessão de crédito a clientes. Para determinar se uma empresa está solvente ou insolvente o resultado da fórmula “Z” deve ser inferior a 0,5 para insolvente e superior a 0,5 para solvente, segundo Elizabetsky (1974).

Fórmula:

$$Z = 1,93X1 - 0,20X2 + 1,02X3 + 1,33X4 - 1,12X5$$

Legenda da Fórmula:

X1 = lucro líquido / vendas

X2 = disponível / ativo permanente

X3 = contas a receber / ativo total

X4 = estoque / ativo total

X5 = passivo circulante / ativo total

2.4.8.2 Modelo de Kanitz

O modelo de Kanitz, comumente chamado de termômetro de Kanitz, é um modelo estatístico, que tem por objetivo avaliar a capacidade de solvência de uma instituição. O fator de insolvência de Kanitz indica se uma instituição está solvente, na penumbra ou insolvente. Se o resultado for igual ou superior a 0 a instituição está solvente, se for entre -1 (um negativo) e -3 (três negativo) a instituição está na penumbra, e se estiver abaixo de -3 (três negativo) está insolvente, segundo Kanitz (1978).

Fórmula:

$$FI = 0,05X1 + 1,65X2 + 3,55X3 - 1,06X4 - 0,33X5$$

Legenda da Fórmula:

X1 – lucro líquido / patrimônio líquido

X2 – (ativo circulante + realizável a longo prazo) / exigível total

X3 – (ativo circulante – estoques) / passivo circulante

X4 – ativo circulante / passivo circulante

X5 – exigível total / patrimônio líquido

Após, realizada a revisão teórica sobre o tema e ser aplicado ao estudo, será realizado a aplicação prática, da análise econômica e financeira dos Balanços Patrimoniais, exercícios 2010, 2011 e 2012 da dupla Gre-nal.

3 METODOLOGIA

Será realizada uma pesquisa exploratória, delineada bibliograficamente e documentalmente no conjunto das Demonstrações Financeiras da dupla Gre-nal.

Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; (c) análise de exemplos que “estimulem a compreensão” (GIL, 2002, p. 42).

Segundo Gil (2002, p.44) “A pesquisa bibliográfica se utiliza de material já elaborado constituído de livros e artigos científicos”. Esta pesquisa caracteriza-se também por ser descritiva. Gil (apud, p.42) diz que entre as pesquisa descritivas, “salientam-se aquelas que tem por objetivo estudar características de um grupo”. Guth (2007, p.45) ressalta que a pesquisa descritiva realiza estudos entre relações de variáveis, que “são formas de estudos quantitativo-descritivos que se referem à descoberta de variáveis pertinentes a determinada questão ou situação, da mesma forma que a descoberta de relações entre variáveis”.

Para esta pesquisa utilizar-se-á dos balanços de 2010, 2011 e 2012 da dupla Gre-nal, que serão analisados com base nos técnicas de análise horizontal e vertical, comparando na análise horizontal a desenvolvimento das contas em relação aos outros exercícios, e a vertical que demonstra o quanto cada conta representa no total da demonstração analisada. E, também será efetuado o cálculo e comparação dos índices de liquidez, endividamento e rentabilidade.

Para, realizar o estudo de caso é necessário fazer a análise de conteúdo. Segundo Lakatos (2009, p.111) “análise de conteúdo – permite a descrição sistemática, objetiva e quantitativa do conteúdo da comunicação. Os dados colhidos pela pesquisa apresentar-se-ão “em bruto”, necessitando da utilização da estatística para seu arranjo, análise e compreensão”.

Depois de calculados os índices e devidamente organizados em quadros e tabelas, será efetuado um parecer contábil sobre os resultados obtidos com a análise dos dados, dissertando o que cada índice representa nas demonstrações individuais de cada clube e comparando-os com o outro.

4 ESTUDO DE CASO

4.1 HISTÓRIA DA DUPLA GRENAL

Grêmio Foot-Ball Porto Alegre

A história do Grêmio iniciou em 7 de setembro de 1903, quando dois quadros de atletas do Sport Clube Rio Grande, o clube mais antigo do Brasil, vieram a Porto Alegre demonstrar o esporte. Porém foi no dia 15 de setembro de 1903, que 31 rapazes se reuniram em um restaurante no centro de Porto Alegre, onde criaram e assinaram a ata fundando o Grêmio Foot-Ball Porto Alegre. Que teve como primeiro presidente Carlos Luiz Bohrer.

No ano seguinte em 6 de março de 1904, o Grêmio teve o seu primeiro desafio, contra o Fuss-Ball Club Porto Alegre – então, o único outro clube da cidade, fundado exatamente na mesma data. Predestinado, o Grêmio venceu. A disputada findou-se em 1x0, que deu início à conquista do primeiro troféu da história Tricolor, o Wanderpreis. Ainda no ano de 1904 o clube adquiriu seu primeiro estádio a Baixada dos Moinhos de Vento, que tornou-se conhecida como “Fortim da Baixada”.

Ali o Grêmio jogou e venceu a maioria dos seus jogos e acumulou taças, o que levou sua casa a ser apelidada de “Fortim da Baixada”. No dia 18 de julho de 1909, aconteceu o primeiro jogo contra o Sport Clube Internacional e o resultado desta partida histórica foi um extraordinário 10x0, para o Tricolor. Anos depois, a rivalidade tornaria este confronto o maior clássico do futebol brasileiro, o Gre-Nal (GREMIO.NET, 2013).

A partir da dos anos de 1910 o Grêmio começou a jogar contra equipes de fora do estado e de outros países, destacando o a vitória sobre a seleção Uruguaia por 2x1 no ano de 1916. Outra vitória importante foi o Campeonato Farroupilha, em 1935, campeonato este em comemoração ao centenário da Revolução Farroupilha, e foi conquistado sobre o seu maior rival o Sport Club Internacional.

Já na década de 40, o Grêmio começou a profissionalizar-se, seguindo o caminho que o esporte estava tomando no país, também voltou a hegemonia do futebol no estado, e diga-se de passagem de toda a América.

Neste período, excursões ao exterior projetaram de forma marcante o nome do Grêmio, em meio ao processo de internacionalização do futebol. O caminho foi aberto por uma excursão invicta à América Central, em 1949. Em 1953 e 1954, o Grêmio repetiu o sucesso em suas visitas pelo México, Equador e Colômbia, completando o que foi chamado “a conquista das três Américas” (GREMIO.NET, 2013).

No ano de 1954 o clube inaugurou o estádio Olímpico, com um jogo entre o Grêmio e Nacional de Montevideu, com vitória de 2x0. A partir dessa época que o Grêmio conquistou seus maiores títulos e seguiu subindo, inclusive excursionando pela Europa. Na segunda metade da década de 70, uma grande campanha liderada pelo presidente Hélio Dourado, arrecadou recursos para o término do andar superior do Estádio Olímpico, reinaugurando-o em junho de 1980 com o nome de Olímpico Monumental, com inovações só encontradas nos melhores estádios da Europa.

A transformação do estádio Olímpico para Olímpico Monumental trouxe fôlego para o clube tornando-se campeão do mundo em 1983. E durante a década de 80 o Grêmio seguiu sagrando-se campeão, como citado no site do clube, “foi a década de ouro”. Após uma brusca

queda no início dos anos 90, o clube voltou a brilhar e a fazer jus ao mito de Imortal Tricolor, pelas mãos do técnico Luís Felipe Scolari; o Grêmio voltou à elite do futebol.

No ano de 2004 o clube teve outra grande queda, porém voltou a crescer, a se estruturar, foi Campeão Gaúcho em 2006, 2007 e 2010, foi vice-campeão da Libertadores de 2007 e Campeão do Primeiro Turno do Brasileiro de 2008 e do Segundo Turno de 2010 – conquistando a vaga para sua 13ª participação na Libertadores. Quem sabe a nova era, da Arena não vai trazer mais uma Libertadores e um Mundial, além de muitos outros títulos.

Sport Club Internacional

O Sport Club Internacional foi fundado em 4 de abril de 1909, pelos irmãos Henrique Poppe Leão, José Eduardo Poppe e Luiz Madeira Poppe, três imigrantes que recém haviam chegado ao estado. O governo da época havia determinado a criação de novos espaços públicos para práticas esportivas, a fim de formar jovens para o Exército. As bases do Inter se formaram durante este período.

A reunião de fundação do clube se deu no porão da casa de João Leopoldo Seferin, eleito o primeiro presidente da entidade.

Para dar credibilidade ao clube, o capitão Graciliano Ortiz foi escolhido presidente de honra do Inter. Além de militar, Ortiz também era o diretor do Asseio Público e homem de prestígio junto a José Montauray, intendente de Porto Alegre. Foi através de Ortiz que o Inter, recém-fundado, obteve junto à Intendência o seu primeiro campo: a Ilhota (atual Praça Sport Club Internacional) (INTERNACIONAL, 2013).

O um dos princípios de criação do Sport Club Internacional é que este seria um clube para brasileiros e estrangeiros, aludindo a política de discriminação dos outros clubes. Os outros princípios eram: a prática do futebol, a celebração da própria juventude e a possibilidade de criarem um 'Club' onde manteriam novos contatos sociais.

A primeira casa do Inter, o estádio dos Eucaliptos, adquirido em 1929 por Ildo Meneghetti, então presidente do Inter, era um terreno na Rua Silveiro, que na época estabelecia o limite da cidade de Porto Alegre. Vinte (20) anos após sua fundação, o clube teve seu primeiro estádio, que foi erguido com a venda das ações.

Em 1969, o Inter muda-se para o estádio Beira Rio, onde estabeleceu uma nova mentalidade no futebol. Seus jogadores deveriam ter no mínimo duas entre três qualidades essenciais: habilidade, força e velocidade. Estádio este, que foi adequado aos mais modernos padrões da FIFA, para sediar os jogos da copa do mundo.

4.2 ANÁLISE DOS INDICADORES DE RESULTADO

Parecer Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense

O índice de endividamento em 2012 é de 339%, isto significa que para cada R\$ 100,00 de capital próprio, existem R\$ 339,00 de terceiros. Este índice demonstra uma queda de 8400% em relação a 2011, pois neste exercício foram investidas altas quantias na construção da Arena, em relação a 2010, aumentou 81%.

Os índices de liquidez encontrados foram de 0,46 em 2012, 0,17 em 2011 e 0,15 em 2010 para a liquidez imediata. Para a liquidez seca foram de 0,43 em 2012, 0,15 em 2011 e 0,12 em 2010, e para a liquidez geral foram satisfatórios, pois fizeram frente a todas as obrigações assumidas, 1,12 em 2012, 1 em 2011 e 1,12 em 2010. O grau de imobilização do patrimônio líquido da entidade em 2012 era de R\$ 4,70 de imobilizado para cada R\$ 1,00 de

patrimônio líquido, já em 2011 foi de R\$ 131,98 para cada R\$ 1,00, e em 2010 de R\$ 5,54 para cada R\$ 1,00.

As taxas de imobilização dos recursos do passivo não circulante e do patrimônio líquido se mantiveram estáveis nos três exercícios. Em 2010 o clube imobilizou 95% dos recursos do patrimônio líquido e do passivo não circulante, o que significa que para cada 1 de 0,95 foram investidos em imobilizados. No exercício de 2011 os recursos foram investidos em sua totalidade, os 100%, e no exercício de 2012 já houve uma baixa compensadora, pois foram investidos 78% dos recursos dessas rubricas, ou seja de cada 1, foram utilizados 0,78.

Do ponto de vista financeiro, o clube teve um leve declínio, em 2012 o retorno do investimento foi de 0,11 com uma margem de lucro de 16%; em 2010 de 0,09 para 20% de lucro; em 2010 de 0,15 para 28%.

De acordo com o modelo de análise de solvência de Elizabetsky, o clube se manteve insolvente, porém, obteve uma razoável melhora, em 2012 estava em -0,01, -0,89 em 2011 e -0,95 em 2010, obteve uma melhora de 0,94 em três exercícios.

Já de acordo com o modelo de análise de solvência de Kanitz, se manteve na penumbra, no exercício de 2012 com -0,66, em 2011 apresentou um elevado índice de insolvência chegando a -79,25, e em 2010 estava na penumbra com -0,91, o exercício de 2011 foi complexo para as finanças do clube, pois foram realizados investimentos de vulto na construção da Arena. Porém em 2012 o clube voltou a normalidade.

Parecer do Sport Club Internacional

No exercício de 2012, o Sport Clube Internacional aumentou a imobilização do seu patrimônio líquido em 5%, em relação ao ano de 2011, e em 13% em relação a 2010. Já a imobilização dos recursos a longo prazo e do patrimônio líquido diminuiu, no exercício de 2012, foram imobilizados 407% do patrimônio líquido ou recursos não circulantes, em relação a 2011 onde a imobilização era de 440% dos recursos, e de 2010 foi de 498%. O percentual de capitais de terceiros vem aumentando gradativamente, em 2012 foi de 75%, contra 72% em 2011 e 52% em 2010, apresentando um aumento de 23% de 2010 para 2012.

A liquidez imediata da entidade caiu bruscamente, em 2012 foi de 0,39, contra 0,63 em 2011 e 0,62 em 2010. A liquidez seca também vem caindo gradativamente, em 2010 era de 0,68, baixou para 0,57 em 2011 e em 2012 para 0,41. A liquidez corrente esta próxima da liquidez seca, e vem declinando, no exercício de 2012 foi de 0,43, contra 0,57 em 2011 e 0,69 em 2010. A liquidez geral vem se mantendo estável em 2012 foi de 0,33, em 2011 igualmente foi de 0,33 e 0,34 em 2010, mantendo a capacidade de a entidade saldar suas obrigações a curto prazo.

Os índices de cobertura estão demasiadamente baixos, o ativo se renovou apenas 0,28 vezes em 2012, 0,25 em 2011 e 0,21 em 2010. A folga de tempo entre o recebimento das vendas a prazo e o pagamento está melhorando, 0,18 em 2012, teve um aumento em relação a 2011 onde era de 0,13 e 2010 onde se apresentou em 0,00, trabalhando no limite. O tempo médio para o recebimento das vendas teve um pico em 2011, aonde chegou a 0,25, contra 0,13 em 2012 e 0,14 em 2010. Já o estoque tem se renovado com mais frequência, em 2012 foi de 84, contra 191 em 2011 e 198 em 2010, demonstrando significativa melhora.

O prazo médio de venda esta excelente, pois o produto leva de 2 a 4 dias para ser comercializado, em 2012 levou em média 4, contra 2 em 2011 e 2012. Já o recebimento das vendas leva em torno de 360 a 476 dias, em 2012 foi de 476, em 2011 foi de 261 e em 2010 de 360, o que pode ser explicado por ser um clube, e receber anuidades, ou seja, recebe este tipo de receita somente uma vez ao ano.

A margem de lucro esta baixa, teve uma queda de 7% em 2012, em relação a 2011, e em 2010 foi de apenas 2% do valor das vendas. O retorno sobre o patrimônio líquido foi

pequeno, em 2012 foi de apenas 3%, contra 6% em 2011 e apenas 1% em 2010, e sobre o investimento total foi de apenas 2% em 2012. Porém, de acordo com o índice de insolvência de Kanitz a entidade esta solvente, apesar da gradativa queda, em 2012 foi de 0,54 contra 0,76 em 2011 e 0,81 em 2010. De acordo com o modelo de insolvência de Elizabetsky o Internacional, esta insolvente, apresentando -0,09 em 2012, -0,47 em 2011 e -0,21 em 2010, porém índices muito próximos a 0,5 que é o ponto onde se mostra insolvente e solvente.

O Quadro 2 demonstra os índices calculados dos dois clubes para melhor entendimento.

Quadro 2 - Parecer comparativo entre Grêmio e Internacional

Índices	Clubes					
	Grêmio			Internacional		
Índice de estrutura patrimonial	2.010	2.011	2.012	2.010	2.011	2.012
Imobilização do patrimônio líquido (IPL)	5,54	131,98	4,70	1,26	1,34	1,39
Imobilização dos rec. a L.P. e do PL	0,95	1,00	0,78	4,98	4,40	4,07
Partic. de capitais de terc. s/ rec. próprios	2,58	88,31	3,39	0,52	0,72	0,75
Índice liquidez	2.010	2.011	2.012	2.010	2.011	2.012
Liquidez Imediata	0,15	0,17	0,46	0,62	0,63	0,39
Liquidez Seca	0,12	0,15	0,43	0,68	0,57	0,41
Liquidez Corrente	0,15	0,17	0,46	0,69	0,57	0,43
Liquidez Geral	1,12	1,00	1,12	0,34	0,33	0,33
Índice de cobertura	2.010	2.011	2.012	2.010	2.011	2.012
Rotativ. do Estoque de Prod. Acabados	51,91	53,54	45,76	198,05	191,84	84,63
P. Médio de Receb. de Contas a Receber	0,04	0,08	0,14	0,14	0,25	0,13
P. Médio de Pagto de Contas a Pagar	1,34	0,56	2,02	0,00	0,13	0,18
Rotatividade do Ativo	0,51	0,46	0,68	0,21	0,25	0,28
Índice de prazos médios	2.010	2.011	2.012	2.010	2.011	2.012
Prazo Médio de Venda	6,94	6,72	7,87	1,82	1,88	4,25
Prazo Médio de Cobrança	360,00	361,56	293,55	360,00	261,36	476,11
Margem de lucratividade das vendas	2.010	2.011	2.012	2.010	2.011	2.012
Margem de Lucro	0,28	0,20	0,16	0,02	0,13	0,06
Taxas de retorno	2.010	2.011	2.012	2.010	2.011	2.012
Retorno sobre o patrimônio líquido	1,34	23,04	0,97	0,01	0,06	0,03
Retorno sobre o investimento total	0,15	0,09	0,11	0,00	0,03	0,02
Análise de insolvência	2.010	2.011	2.012	2.010	2.011	2.012
Modelo de Elizabetsky	-0,95	-0,89	-0,01	-0,21	-0,47	-0,09
Modelo de Kanitz	-0,91	-79,25	-0,66	0,81	0,76	0,54

Fonte: Dados dos Balanços, 2010, 2011, 2012. Elaborado pelos autores.

Comparando-se os dois clubes, a taxa de imobilização do patrimônio líquido do Grêmio foi de 470% em 2012, contra 139% do Internacional, correspondentemente em 2011 foram de 131,98 % e 134%, e em 2010 de 554% contra 126%. Estes índices demonstram que o Grêmio tem imobilizado uma quantia de até 100 vezes o valor do seu patrimônio líquido e o Internacional se manteve estável na faixa dos 130%. Porém, o Internacional tem imobilizado uma quantia maior no que tange a imobilização de recursos oriundos do passivo não circulante em conjunto com o patrimônio líquido, respectivamente Grêmio e Internacional apresentam os seguintes índices, em 2012 de 78% contra 407%, em 2011 de 100% contra 440%, e em 2010 de 95% contra 498%. Porém a participação de capitais de terceiros no Grêmio é maior que no Internacional, em 2012 foi de 339% contra apenas 39% do Internacional, em 2011 foi de 8831% contra 72%, e em 2010 foi de 258% contra 52%.

No que tange a liquidez das entidades, no exercício de 2012 o Grêmio apresentou melhores índices a curto e a longo prazo, respectivamente Grêmio e Internacional, liquidez corrente de 0,46 contra 0,43 em 2012, porém em 2011 e 2010 o Internacional apresentou melhores índices, 2011 0,17 contra 0,57, e 2010 0,17 contra 0,69. Já a liquidez geral pendeu a favor do Grêmio, com 112% em 2012, contra 33%, 100% em 2011 contra 33%, 112% contra 34% em 2010.

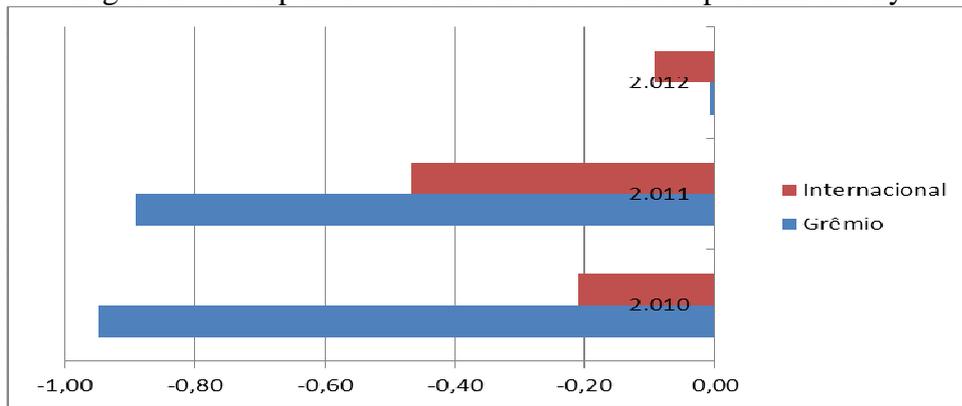
O prazo médio de venda pende a favor do Internacional, 4,25 em 2012, contra 7,87 do Grêmio, o que significa que o produto do Internacional fica menos tempo a espera da venda, 1,88 em 2011 contra 6,72, e 1,82 contra 6,94 em 2010. O prazo médio de recebimento das vendas a prazo do Internacional foi de 476 dias contra 293 dias do Grêmio em 2012, 261 contra 361 em 2011, no exercício de 2011 o Internacional teve uma vantagem significativa em relação ao Grêmio, em média recebeu 100 dias antes do concorrente, em 2010 ambos os clubes levaram 360 dias para receber.

A margem de lucro do Grêmio em 2012 foi 10% superior a do Internacional, que ficou em 6%, em 2011 essa diferença havia sido de 7%, e em 2010 foi de 26%, demonstrando que o Internacional obteve uma margem de lucro muito baixa neste exercício. A eficiência operacional do Internacional está baixa em relação ao Grêmio, em 2012 foi de 0,03 contra 0,97, em 2011 de 0,06 contra 26 e em 2010 de 0,01 contra 1,34.

Os índices de insolvência calculados pelo modelo de Kanitz e Elizabetsky, demonstram que o Internacional está solvente dentro dos padrões de Kanitz, 0,54 em 2012 contra -0,66 do Grêmio, que permaneceu na penumbra, em 2011 foram 0,76 contra -79,25 do Grêmio, demonstrando estar insolvente, em 2010 foram 0,81 contra -0,91, o Internacional continuou solvente e estável, e o Grêmio oscilou entre a penumbra e a insolvência. De acordo com o modelo de Elizabetsky, o Internacional se manteve insolvente, porém muito próximo ao ponto de transição para a solvência, próximo ao 0,5, -0,09 em 2012, -0,47 em 2011 e -0,21 em 2010, o Grêmio se manteve próximo ao ponto de transição, porém um pouco abaixo do Internacional, -0,89 em 2011 e -0,95 em 2010, apresentando uma pequena melhora no decorrer dos três exercícios.

Graficamente apresentam-se os resultados econômicos dos clubes pelo modelo de análise de insolvência de Elizabetsky. (Figura 1).

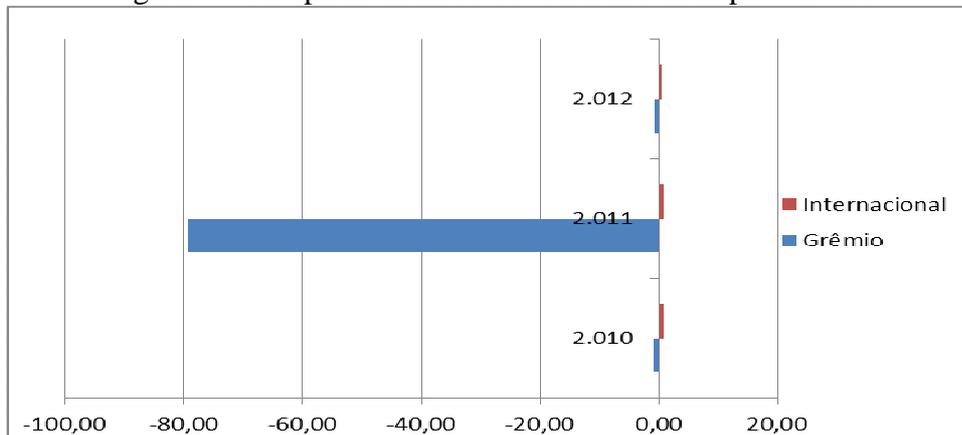
Figura 1 – Comparativo de solvência dos clubes por Elizabetsky



Fonte: Dados Balanços 2010, 2011, 2012. Elaborado pelos autores

Graficamente apresentam-se os resultados econômicos dos clubes pelo modelo de análise de insolvência de Kanitz. (Figura 2).

Figura 2 - Comparativo de solvência dos clubes por Kanitz.



Fonte: Dados Balanços 2010, 2011, 2012. Elaborado pelos autores

4.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DOS RESULTADOS

Grêmio Foot-Ball Porto Alegre

Devido à natureza das entidades do terceiro setor, onde todos os recursos devem ser reinvestidos. O manejo dos recursos oriundos de terceiros deve ser revista, pois apesar da liquidez geral ser suficiente para o pagamento de todas as obrigações, a participação de capitais de terceiros está elevada, e a imobilização do patrimônio líquido já chegou a ultrapassar em 100 vezes o seu valor. É possível sugerir que os investimentos sejam realizados de forma mais gradativa, evitando causar picos como o ocorrido em 2011. A margem de lucro está razoável, e o retorno sobre o investimento, porém, o prazo médio de cobrança esta demasiado longo, pois o clube leva em média 360 dias para efetivamente receber grande parte de suas vendas, possivelmente o melhor seria investir na venda de produtos com retorno mais rápido para a entidade, porém sem sacrificar os atuais produtos que estão dando margens satisfatórias de lucro e difundem positivamente o nome da entidade.

Sport Club Internacional

Os índices de liquidez apresentaram-se baixos. Uma possível sugestão nessa situação seria que a administração da entidade busque trabalhar com um volume maior de recursos disponíveis, procurando baixar a imobilização dos recursos oriundos do passivo não circulante e do patrimônio líquido. O prazo médio de recebimentos está na média de 365 dias, importante porém que a entidade revise a política de venda a prazo, aumentando o giro dos produtos com maior liquidez e margem de lucro satisfatória, buscando mais rotatividade, com prazos de recebimentos menores. Uma análise permanente dos gastos é fundamental, pois a margem de lucro apresentou-se muito baixa, nos três exercícios analisados; a maior foi de 13% em 2011 e menor de 2% em 2010.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho demonstrou a situação econômico-financeira de ambos os clubes da dupla Gre-nal, Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense e Sport Clube Internacional. Através da análise das Demonstrações Financeiras, foram analisados os dados dos exercícios de 2010, 2011 e 2012.

A estrutura patrimonial foi demonstrada através dos índices de Imobilização do Patrimônio Líquido, indicando o percentual sobre o patrimônio líquido que estas entidades imobilizaram nos últimos três exercícios. Através do índice de Participação de Capitais de Terceiros, constata-se o quanto estes clubes dependem de capital de terceiros para manter suas atividades e principalmente seus investimentos, como a construção e reforma de seus estádios.

A liquidez, que nada mais é que a capacidade de fazer frente aos compromissos assumidos, através dos índices de liquidez e de solvência, revelando uma baixa liquidez em ambos os clubes, nos três últimos exercícios, os resultados dos clubes pelo modelo de Elizabetsky, demonstraram insolvência, e pelo modelo de Kanitz o Grêmio estava na penumbra e o Internacional estava solvente, apesar dos baixos índices.

O Grêmio obtém uma margem de lucro mais elevada que o do Internacional, porém necessita de maiores investimentos e de capital de terceiros, garantindo, assim, liquidez geral para suas obrigações. A análise demonstra grandes investimentos que estão sendo realizados, apesar de baixarem os índices de liquidez e solvência, no entanto, é possível que o retorno a longo prazo seja obtido.

Ao realizar-se a análise das Demonstrações Financeiras de ambos os clubes, os sócios e torcedores visualizam como se apresentam as finanças do clube para o qual investem seus recursos financeiros, e onde os mesmos estão sendo investidos.

Neste contexto, afirma-se que o objetivo proposto no estudo de analisar as demonstrações financeiras dos últimos três exercícios da dupla Gre-nal foi realizado, bem como apresentar uma revisão teórica da literatura sobre os principais temas que tratam do tema estudado.

E, por fim o estudo proposto não teve o intuito de ser conclusivo, podendo sim, dar-se continuidade às análises, principalmente após concluídos os investimentos que estão sendo realizados em 2013, afim de verificar se haverá retorno financeiro aos sócios dos clubes.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 8. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

ELIZABETSKY, Roberto. **Um Modelo Matemático para Decisões de Crédito no Banco Comercial**. 1976. 190 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1976.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas 2002.

GREMIO.NET. Disponível em:

<<http://www.gremio.net/page/view.aspx?i=historia&language=0>>. Acesso em: 27 maio 2013.

GUTH, Sérgio Cavagnoli. PINTO, Marcos Moreira. **Desmistificando a Produção de Textos Científicos – Com os Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Scortecci, 2007.

INTERNACIONAL.COM. Disponível em:

<<http://www.internacional.com.br/pagina.php?modulo=1&setor=1&secao=1&subsecao=>>
Acesso em: 29 maio 2013.

IUDÍCIBUS, Sergio. **Análise de Balanços**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

KANITZ, S.C. **Como prever Falências**. São Paulo: McGraw Hill, 2013.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7.ed. 4.reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

Manual do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio Grande do Sul, Terceiro Setor, 2011.

MARCOS, A. **Análise de Balanços: fator de insolvência de ELIZABETSKY com a HP-12C**. Disponível em:<http://adailmarcos.blogspot.com/2011/05/analise-de-balancos-fator-de_28.html>. Acesso em: 01.junho 2013.

MARION, Jose Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis: contabilidade empresarial**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

OLAK, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO, Diogo Toledo do. **Contabilidade para Entidades sem Fins Lucrativos (terceiro setor)**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ZANLUCA, Júlio César. **Princípios Fundamentais**. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/principiosfundamentais.htm>>. Acesso em: 08.abril 2013.